

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

— U. F. R. J. —
BIBLIOTECA
— IPPUR —

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
IPPUR/UFRJ

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO
URBANO

MONOGRAFIA DE CURSO

CONCEITO: C
Robert Pechman.

PROFESSOR :

ROBERT M. PECHMAN (ORIENTADOR)

ALUNO :

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA SEABRA

Turna de 1983.

PAULO SERGIO DE ALMEIDA SEABRA

As visões ideológicas contemporâneas da Reforma Urbana do Prefeito
Pereira Passos (1902-1906)

Rio de Janeiro

**AS VISÕES IDEOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS DA REFORMA URBANA DO PREFEITO
PEREIRA PASSOS — 1902-1906**

I - INTRODUÇÃO

1.1 - Apresentação do tema.

Nosso tema é: "As visões ideológicas contemporâneas da reforma urbana do Prefeito Pereira Passos - 1902-1906". Fizemos pequena modificação no título em relação ao proposto anteriormente no projeto de pesquisa. A mudança decorreu da própria pesquisa, limitando-se também o período analisado à época da própria gestão do Prefeito Pereira Passos, que compreende os anos de 1903 a 1906.

O trabalho ora apresentado ocupa-se fundamentalmente das repercussões, na imprensa, das transformações urbanas sofridas pela região do centro da cidade do Rio de Janeiro, então a capital da República, no período da gestão do Prefeito Francisco Pereira Passos.

O texto tem como eixo dois objetivos a serem desenvolvidos. O primeiro é contribuir de alguma forma para os estudos da cidade do Rio de Janeiro. A cidade, como capital federal, merece um caráter de destaque especial no campo da História Urbana, principalmente no período da República Velha, compreendido entre 1889 e 1930. É importante salientar que as transformações nela ocorridas espelham novas estruturas sócio-econômicas. Pretendemos abordar alguns aspectos da opinião pública, manifesta especificamente na imprensa do período.

Outro aspecto é o caráter formativo: ao desenvolver-se o projeto, tentei iniciar-me nas tarefas da pesquisa histórica, sob orientação de conceituado especialista. Mesmo não sendo o tema sua principal área de interesse e atuação, foi de bom-grado e com dedicação que aceitou a tarefa de orientar-me e iniciar-me no contato com as fontes primárias e secundárias.

Na organização e elaboração dos dados coletados, na fase de síntese e redação, sua presença foi fundamental.

A temática de nosso trabalho tem despertado um grande interesse no campo historiográfico nacional. Não podemos esquecer de vincular a temática urbana de uma análise global, pois a cidade está inserida nas estruturas sócio-econômicas da sociedade brasileira daquele período. Contamos, hoje, com inúmeros trabalhos e pesquisas sobre a cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da História Regional, feitas a nível acadêmico e institucional. Mais em geral, em nosso país já contamos com um grande número de teses acadêmicas no campo da História Urbana sobre o Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades.

A nosso ver, a originalidade deste trabalho consiste em preencher uma lacuna ainda existente, respondendo à pergunta: como foi percebida e refletida na imprensa a Reforma de Pereira Passos? Há de nossa parte um grande interesse, a nível pessoal, em procurar entender a importância da imprensa na formação da opinião pública, na sociedade de hoje como na do passado. De alguma maneira, também o "senso comum" penetra no universo ideológico da imprensa o que torna socialmente relevante a sua análise. Na escolha do material a ser usado no nosso trabalho guiou-nos a intenção de, na medida do possível, perceber todas as vertentes da imprensa da época. Ao avançar a pesquisa, foi ficando claro que seria difícil trabalhar com todo o universo da imprensa, sendo, então, algumas publicações preteridas. Mantivemos, ainda assim, representantes da grande imprensa e da imprensa operária.

Centramos nossas atenções, no que refere-se à coleta de dados, no período de 1903-1904. Isto por entendermos que seria interessante precisar, dentro dos limites propostos, os anos da fase que ficou conhecida como o

"Bota Abaixo", na qual se efetuaram em sua maior parte as desapropriações e demolições no centro da cidade, abrindo caminho para a execução do "projeto de embelezamento e saneamento" levado a cabo pelos governos federal e municipal.

No tocante ao objetivo central de procurar entender como a Reforma Passos foi recebida pela população, se houve resistência e críticas a versão oficial, porém preferimos, então, restringir-nos a um universo temporal menor, mas significativo.

1.2 - Análise da Bibliografia existente.

Depois de um levantamento bibliográfico extenso, privilegiamos, quanto ao uso efetivo, uma parte somente dos trabalhos levantados. Trata-se dos trabalhos que contribuíram significativamente para o andamento de nossa pesquisa. Passaremos a uma rápida análise de cada obra, procurando mostrar sua contribuição ao nosso trabalho.

Começemos por ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, INPLAN/J.Zahar Editores, 1987. é um trabalho de grande fôlego, em que o autor procura analisar as transformações urbanas do século XIX até meados da década de 1960. Objetivou enfocar a relação espaço/sociedade no tempo, pretendendo recuperar todo o processo de construção (e reconstrução) do espaço metropolitano. Mostra que este processo não se apresentou de um modo linear e constante, variando em forma e conteúdo, variação esta que teve a ver com as características e contradições de cada momento, no tocante à organização social, por que passavam a cidade e o país. O que nos interessa em especial são os capítulos onde o autor aborda especificamente a Reforma Passos e, de forma mais abrangente, o Rio de Janeiro no início do século XX.

Do mesmo autor acima, é o artigo "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, F, 2, abril, 1986. Constitui um resumo de uma parte de um trabalho apresentado ao "Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro - Primeira República", realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa em 1984. O texto analisa a evolução da questão da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro, discutindo, especificamente, numa perspectiva espaço/tempo, as diversas bases que a sustentaram. A Reforma Passos é enfocada de maneira

especial, é dada atenção à análise de seus efeitos na fundamentação da questão, que teria, a partir daí, se deslocado da órbita da habitação popular para aquela do **espaço** da habitação popular; ou como ele prefere dizer, o **habitat**. O artigo é de grande valia para nós, visto que o corte espaço/tempo nele estudado é o mesmo da nossa pesquisa.

Estudo pioneiro específico sobre a Reforma Urbana é o de BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Planejamento Urbano e Regional (PUR), do COPPE/UFRJ, 1982 - 3 vols. O objeto de estudo deste trabalho é a Reforma Passos, embora tenha uma abrangência maior. Pode-se dividi-lo em três partes. A primeira apresenta uma caracterização sumária da cidade no século XIX, com ênfase no papel do escravo no tecido social e urbano. Adiante, discute o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e a modernização capitalista na segunda metade do século XIX, no Brasil e em especial no Rio de Janeiro. A última parte refere-se propriamente à Reforma Urbana de Pereira Passos, com ênfase no papel governamental. É obra muito importante como suporte de referências e reflexão em nosso trabalho, para compreender todo o processo de "embelezamento" da cidade do Rio de Janeiro.

Do mesmo autor temos o artigo "O Rio se renova. E o povo se rebela". **Revista do Brasil**, I, 2, dezembro, 1984, pp. 108-121. É um resumo articulado e minucioso de sua tese de mestrado, acima citada. É importante, pois, mesmo sendo sucinto, nos dá excelente visão global de todo o processo de transformações físicas e sociais, pelo qual passou o Rio.

Temos em seguida a obra de BRENNA, Giovanna Rosso del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: Uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro, Index,

1985. Em dois aspectos o seu valor foi grande para nossa pesquisa. O primeiro aspecto é o exaustivo levantamento de jornais e relatórios sobre a Reforma Passos. Sistematizados os periódicos em ordem cronológica, a imprensa abordada é a liberal ou burguesa. O segundo aspecto são os três artigos contidos na obra, que versam sobre as transformações urbanas no então Distrito Federal.

A obra de DIMAS, Antônio. **Tempos Eufóricos: análise da Revista Kosmos, 1904-1909**. São Paulo, Editora Atica, 1983. O trabalho é resultado de seu doutoramento, pela USP, em 1975. Trata-se de trabalho único e pioneiro nas análises desse período. Tem como objeto principal a análise do discurso, partindo de uma perspectiva literária. É importante para nossa pesquisa, pois a revista carioca **Kosmos** faz parte do universo da imprensa do período estudado, principalmente por ser uma porta-voz não oficial do ímpeto reformista.

A obra de MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, FUNARTE/INL/Divisão de Música Popular, 1983. Estudo importante para conhecermos o universo da comunidade negra, e a formação da área da Praça XI. Analisa, numa perspectiva histórica e antropológica, o Rio de Janeiro da virada do século. São importantes para nós os aspectos da obra que se referem às transformações urbanas e aos bairros populares do Rio de Janeiro.

A seguir, duas dissertações de mestrado reunidas na obra: ROCHA, Oswaldo P. e CARVALHO, Lia A. **A Era das Demolições do Rio de Janeiro: 1870-1920/Contribuições ao estudo das habitações populares**. Rio de Janeiro, 1886-1906. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, 1986. O trabalho de Oswaldo P. Rocha analisa a expansão da cidade em dois aspectos: a modernização dos meios de transportes e os debates sobre saneamento entre

as autoridades sanitárias e o Clube de Engenharia e a Escola Politécnica. De maneira detalhada, estuda as transformações físicas que ocorrem na cidade, entre 1903 e 1906. Já o trabalho de Lia Aquino, foi dos primeiros sobre a questão da habitação popular na virada do século. Discute o impacto da Reforma Passos sobre as condições de moradia dos trabalhadores da cidade. Os dois trabalhos reunidos nesta obra foram importantes, pois são pontos de referência obrigatórios para quem se propõe a estudar o nosso tema. Com abordagens e objetos diferentes, eles estudam o mesmo período de forma complementar.

Outra obra aqui apresentada nesta pequena resenha bibliográfica é a de ELIA, Francisco Carlos F. **A Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro da Primeira República.** Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História, no ICHF, da Universidade Federal Fluminense, 1984 (mimeo). O autor estuda a questão da habitação popular, relacionando-a com a questão sanitária. Refere-se a como a imprensa operária tomou posição frente a essas questões. Situa-se o problema habitacional após a Reforma Urbana de Pereira Passos, mostrando a permanência da crise habitacional na cidade, o que levou ao surgimento das favelas. É uma obra importante de referência, pois além de abordar a reforma em si, procura relacioná-la com a imprensa da época.

Também de ELIA, Francisco C. F. **As reformas urbanas do Rio de Janeiro do início do século através da imprensa operária.** Rio de Janeiro. Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa. s/d. Comunicação mimeografada.

É um trabalho importante, pois não existindo muitos trabalhos sobre a imprensa e a Reforma Passos, o artigo de Francisco Elia nos traz uma boa contribuição no tocante a imprensa operária.

Trata-se de texto relevante para nós referindo-se em forma direta ao nosso tema.

Importante é o trabalho de FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo. Editora Atica. 1988.

O texto analisa a imprensa operária brasileira em três fases distintas. A primeira é a da imprensa anarcossindicalista, de suas origens até a década de 1920. A segunda é a sindical-partidária, que abrange o período de 1922-1964. E a última é a imprensa sindical, após 1964 até nossos dias. Somente a primeira destas partes foi utilizada por nós, por referir-se à fase estudada.

Na bibliografia básica, que foi usada por nós e rapidamente analisada acima, notamos o pouco uso, de modo geral, tanto quanto às fontes, como quanto ao próprio objeto de pesquisa daquilo que é para nós a fonte e objeto central. Excetuando-se os trabalhos de Giovanna Rosso del Brenna, Antônio Dimas e Francisco Elia, que a usam com frequência e de forma sistemática, as outras obras, quando usam a imprensa, é de forma apenas complementar.

Não conseguimos elaborar uma pesquisa de fôlego e não esgotamos o assunto. Assim mesmo, a nossa é uma contribuição a mais, mesmo se modesta, na vasta série de trabalhos de que já dispomos sobre a cidade neste período.

1.3 - As Fontes e a Metodologia.

1.3.1 - Fontes.

Sendo constituídas de periódicos, selecionamos alguns destes para consulta dentro da lista do levantamento executado. Lembramos que o corte temporal para o qual o trabalho se foi encaminhando levou aos limites cronológicos estabelecidos, ou seja, os anos de 1903 e 1904, período conhecido também pela população de então como o "Bota Abaixo", ou, como posteriormente se disse, o "Ano das Demolições". Vamos então passar a uma breve descrição desses periódicos, com algumas informações básicas. Foram consultados praticamente todos os periódicos na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Exceção feita aos seguintes, que foram encontrados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as revistas **Avenida** e **Renascença**.

Passemos, então, a relacionar os periódicos em questão.

- a) O MALHO. Fundado por Luís Bartolomeu, Ano I - LII (n.1-). 20 set. 1902 - jan. 1954. Rio de Janeiro. Anos consultados: 1903 e 1904.
- b) JORNAL DO COMMERCIO. 1º out. 1887 - . Rio de Janeiro. Anos consultados: 1903 e 1904.
- c) CORREIO DA MANHÃ. 15 jun. 1901 - 7 jun. 1974. Rio de Janeiro. Anos consultados: 1903 e 1904.
- d) KOSMOS; revista crítica, científica e literária. Ano I-IV; jan. 1904 - abr. 1909, Rio de Janeiro. Ano consultado: 1904 e 1905.
- e) CIDADE DO RIO. Ano I-XVI. 28 set. 1887 - 29 dez. 1902. Rio de Janeiro. Ano consultado: 1902.
- f) A AVENIDA. 1903-1905. Rio de Janeiro. Anos consultados: 1903 e 1904.
- g) RENASCENÇA. 1904-1905. Rio de Janeiro. Ano consultado: 1904.

h) AVANTE; órgão anticlerical e republicano. Ano I (n.1-6); 7 ago. - 10 out. 1908. Rio de Janeiro. Ano consultado: 1908.

i) AVANTE; órgão da classe operária. Ano I. 7 ago. - 2 out. 1904. Niterói. Ano consultado: 1904.

j) BRAZIL OPERARIO; órgão das classes proletárias. Ano I-II (n.1-19). 1º maio 1903 - 1º maio 1904. Anos consultados: 1903 e 1904.

k) O LIBERTARIO. Ano I (n.1) 09 out. 1904. Rio de Janeiro. Ano consultado: 1904.

l) A NAÇÃO; órgão radical independente. Ano I-II (n.1-) dez. 1903 - fev. 1904. Rio de Janeiro. Anos consultados: 1903-1904.

m) SEMANA OPERARIA; órgão de defesa operária. Ano I (n.3-5) 20 maio - 3 junho 1907. Rio de Janeiro. Ano consultado: 1907.

Em função dos critérios metodológicos que serão explicitados a seguir, estes periódicos não tiveram todos o mesmo peso em nosso trabalho. Isto ficara patenteado na última parte do mesmo, que consiste exatamente numa apreciação dos conteúdos coletados na imprensa.

1.3.2 - Metodologia.

A metodologia usada na coleta de dados no nosso trabalho é baseada no método indicado por Ciro Flamarion S. Cardoso, em obra introdutória ao estudo da História⁴, no que concerne ao uso das fichas bibliográficas de conteúdo. Mostramos alguns exemplos das fichas bibliográficas de conteúdo elaboradas, mostrando fichamentos de um jornal operário, de um jornal da grande imprensa e de uma revista. (Ver anexo I ao final)

O segundo aspecto da metodologia é o da utilização dos dados coletados a partir do método anteriormente citado. Usando o conteúdo das fichas, foram elaboradas listas temáticas sobre a Reforma Urbana (1903-1906), tal

como aparece na imprensa da época, com a finalidade de identificar os aspectos da questão que com mais frequência foram abordados nos periódicos pesquisados.

Em seguida, baseando-nos nas frequências maiores de ocorrências de temas, escolhemos para explorar na nossa pesquisa os seguintes eixos temáticos:

a) na imprensa burguesa:

- 1 - Avenida Central; obras, desapropriações e inauguração.
- 2 - Desapropriações, demolições e habitação.
- 3 - Obras de melhoramentos e embelezamento da cidade.

b) na imprensa operária:

- 1 - Avenida Central.
- 2 - Trabalhadores e condições de trabalho.
- 3 - Desapropriações e habitação.

O tratamento dos materiais relativos a tais eixos temáticos seguem os caminhos indicados pela História das Mentalidades, não na vertente linguística, mas sim, na de um confronto dos textos com as estruturas e conjuntura de época, reconstituídas através de fontes secundárias bibliográficas, no que constitui uma espécie de "sociologia retrospectiva da cultura", um dos métodos possíveis na História das ideologias e mentalidades. Em nosso trabalho baseamo-nos especialmente na metodologia indicada por Lucian Goldmann.

Nas palavras do próprio autor:

Toda manifestação é obra de seu autor individual e exprime seu pensamento e sua maneira de sentir; essas maneiras de pensar e de

sentir não são porém entidades independentes em relação às ações e ao comportamento dos homens. Só existem e só podem ser compreendidas em suas relações interindividuais que lhe conferem todo conteúdo e toda riqueza.²

Ainda de acordo com Goldmann:

As visões do mundo são fatos sociais, as grandes obras filosóficas e artísticas configuram expressões coerentes e adequadas dessas visões do mundo; são como tais expressões individuais e sociais ao mesmo tempo, sendo seu conteúdo determinado pelo máximo de consciência possível do grupo, em geral da classe social, a forma sendo determinada pelo conteúdo para o qual o escritor encontra uma expressão adequada³.

É óbvio que, em se tratando, não de grandes obras filosóficas e artísticas, mas sim de textos corriqueiros de imprensa, certas modificações no tocante ao exposto por GOLDMANN são inevitáveis:

1 - Por um lado, diminuem a força da individualidade, a coerência e o nível de consciência refletidos nos textos: estes se vinculam mais ao que GOLDMANN chama de "consciência real" (ou empírica) do que ao "máximo de consciência possível";

2 - Por outro lado, isto torna o texto muito mais dependente, e em forma mais imediata, das visões de classe.

1.4 - Hipóteses de trabalho.

As hipóteses de trabalho inicialmente propostas em nossa pesquisa foram as seguintes:

1 - As reformas urbanas no período Pereira Passos serviam a interesses dos grupos dominantes da sociedade, afetando os interesses de grandes parcelas da população que habitavam o centro da cidade. Como a reforma repercutiu na imprensa, que devem ter sido diferentes na imprensa liberal e na operária.

2 - Os discursos críticos ou elogiosos da reforma reproduzem ambos modelos importados de caráter ideológico, visto a situação de dependência do país na época, que não deixa de incluir os aspectos intelectuais e ideológicos.

Tais hipóteses iniciais sofreram substanciais modificações. A segunda hipótese inicialmente proposta, relativa a que os discursos críticos ou elogiosos da Reforma Urbana reproduzem modelos importados diferentes de caráter ideológico, não foi privilegiada em nossa análise, pois demandaria um aprofundamento maior do trabalho. Teria que ser analisada a situação de dependência do país na época, para incluirmos os aspectos intelectuais e ideológicos. Além disto, os conteúdos mesmos nos pareceram decepcionantes quanto a este ponto e mais promissores para outro tipo de abordagem.

Quanto à primeira hipótese inicial de trabalho, com o decorrer da pesquisa pareceu-nos que havia duas proposições contidas nela. Por isto, achamos melhor desmembrá-la em duas novas hipóteses de trabalho. A primeira é que as reformas urbanas, no período do Prefeito Francisco Pereira Passos, serviam aos grupos dominantes da sociedade, afetando negativamente os interesses de grandes parcelas da população que habitavam o centro da

cidade do Rio de Janeiro. A segunda é que a reforma urbana em questão repercutiu na imprensa, tendo sido diferentes as posições, a respeito, da imprensa liberal e da operária. Com essas modificações, o nosso trabalho sofre uma mudança de eixo, adequando-se as novas formulações à comprovação dessas hipóteses.

II - AS REALIDADES SOCIAIS DA REFORMA

2.1 - O Rio de Janeiro em fins do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

No Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, então a maior cidade do país, foi marcante até 1888 a presença do elemento escravo. Tratava-se de uma cidade voltada para a circulação de mercadorias, o que incluía os próprios escravos (através do tráfico africano e depois interprovincial), além da exportação e importação de bens de outros tipos. O Rio era a principal porta de entrada do país, o maior porto do Império. A presença escrava na cidade continuava pois, como mencionamos, muito grande e marcante, (embora fosse diminuindo gradativamente após 1860), colaborando para o seu aspecto ainda colonial.

O Rio de Janeiro, em fins do século XIX, já convivia com uma forma mais avançada de organização social e econômica: o capitalismo.

O capitalismo internacional, principalmente, penetra cada vez mais nesse mercado em expansão, entrando em choque com suas antigas práticas mercantis e escravistas. Estas duas lógicas distintas convivem lado a lado no mesmo espaço urbano. O embate dessas duas lógicas distintas, porém complementares em alguns pontos, é que deu a tônica de toda a discussão sobre o que se fazer na cidade para modernizá-la, adequando-a aos novos tempos. Desde a década de 1870 elaboravam-se planos de melhoramentos para a cidade, em especial para a sua zona central.

Por outro lado, neste período o Rio recebia um grande afluxo de pessoas do exterior, bem como -- posteriormente -- de regiões economicamente decadentes.

Uma das razões disto foi a sua posição de capital. Desde fins do século XVIII, com a mudança do principal eixo econômico do país para o centro-sul, o Rio de Janeiro passava a ser o polo catalisador tanto econômico quanto administrativo, primeiro da Colônia, depois do nascente país.

Ainda no século XIX, deu-se um crescimento da área urbana em detrimento do "sertão", tanto em direção à zona sul como à zona norte, áreas anteriormente não urbanizadas.

Afirmou-se, a respeito, que:

o período que se estende de 1870 a 1902 representa, para a história do Rio de Janeiro, não só a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, como também a etapa inicial de um processo em que esta expansão passa a ser determinada, principalmente, pelas necessidades de reprodução de certas unidades do capital, tanto nacional como estrangeiro⁴.

Texto este que concorda com a nossa convicção de que o espaço urbano não ficou alheio à penetração do capital, que invariavelmente moldou a cidade em função de suas formas de produção e reprodução, mesmo se não em forma direta.

É deste período o desenvolvimento dos transportes na cidade, seguindo dois eixos. O primeiro toma impulso com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1858, a qual se expande pela zona suburbana norte, acelerando o crescimento dessa área. O outro eixo se expressou na instalação de Companhias de Carris, popularmente conhecidas como bondes. São abertas linhas de bondes que atendem regiões próximas ao centro da cidade, já com ocupação populacional, porém até então não integradas plenamente à área urbana. É o caso da zona sul e da Tijuca, que passam a

ter um aumento no fluxo de moradores, dada a agora relativa facilidade de transporte.

O papel do bonde é importante, pois, ao mesmo tempo em que suscita uma demanda por essas novas áreas, serve de indutor para a ocupação de novas áreas da cidade: um caso típico é o do bairro de Vila Isabel⁵. Este processo influi no novo padrão de acumulação e circulação do capital. As Companhias Carris já estavam, nesta época, na sua maior parte nas mãos do capital estrangeiro, ilustrando o fato de que no caso brasileiro, naquela época, a tendência principal desse capital seguia o padrão de investimento nas áreas de serviços e infra-estrutura urbana, dentro da lógica mais geral da "exportação de capitais" própria dessa etapa do capitalismo nos países centrais. No caso de nosso país em geral e do Rio de Janeiro mais especificamente, a hegemonia neste campo era, na época, da Inglaterra.

A ocupação dos arredores da cidade em função dos meios de transporte é claramente heterogênea. Vemos aí a cristalização de um processo desigual de ocupação do solo urbano. Segundo Maurício de Abreu, já podemos notar a solidificação, por essa época, de uma dicotomia centro-periferia⁶.

Em fins do século XIX como acima descrito, a ocupação e divisão espacial da cidade está em gestação, determinando e separando classes sociais segundo o que interessava aos grupos dominantes.

A área sul da cidade é reservada às classes abastadas, enquanto que São Cristóvão começa a entrar em declínio como área nobre. Agora é Botafogo o bairro das mansões, contribuindo muito para isto a difusão do novo estilo "moderno" de residir à beira-mar, logo adotado pelas elites.

Nas áreas suburbanas, a ferrovia proporcionou uma ocupação diferente. Zonas afastadas do centro, praticamente desabitadas, começaram a receber um afluxo grande de moradores, no primeiro momento nas proximidades das

estações de trem, a partir daí irradiando-se pelo interior. Nessa área passou a morar principalmente uma população composta de funcionários públicos e assalariados em geral, futuro embrião de uma classe média, em parte composta de pequenos proprietários. Com a ferrovia, tornou-se possível ir trabalhar no centro da cidade, pois as distâncias eram encurtadas. Novas estações foram-se abrindo: praticamente todas as estações da atual Central até Madureira datam do século passado.

Este crescimento populacional das freguesias periféricas ao centro da cidade, no entanto, não contribuiu muito para a queda da densidade demográfica das freguesias centrais:

Com efeito, grande parte da população dependia da proximidade do centro (onde se concentrava todo o emprego) para obter trabalho (...). Morar próximo ao centro era, pois, uma questão de sobrevivência. Proliferam então nesta época os cortiços, estalagens e casas de cômodos, habitações insalubres, palco preferencial das epidemias de febre amarela que assolam periodicamente a cidade mas, também, o local de reprodução por excelência de uma força de trabalho que não cessava de chegar à cidade⁷.

Por esta época -- fins do século passado -- o problema do saneamento da cidade é grave, afetando indiscriminadamente todos os estratos sociais, em particular as classes baixas e comprometendo, portanto, a reprodução da força de trabalho. Nota-se uma preocupação muito grande do Estado com a questão higiênica e ganha corpo a discussão sobre o saneamento da capital e a erradicação de todas as formas anti-higiênicas de habitação e de vida, ganhando especial projeção a idéia de serem implantadas "habitações higiênicas". Constrói-se um discurso técnico, principalmente na Medicina, colocando-se a salubridade na ordem do dia. A capital passa a ser encarada

como um problema de saúde pública. Veremos que o programa de saneamento será por fim executado já neste século, juntamente com a Reforma Passos, tendo gerado resistência muito grande entre a população.

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos deste, o Rio de Janeiro conheceu também um considerável surto de industrialização, principalmente no tocante à indústria têxtil. As maiores empresas industriais localizaram-se fora do centro, principalmente no Jardim Botânico, Andaraí, Bangu e outras áreas. Caso singular neste surto é o bairro de São Cristóvão, pois, sendo um bairro aristocrático, ainda que em decadência, recebeu um grande número de manufaturas e indústrias que se aproveitaram de sua infra-estrutura, uma das melhores da época, e de sua localização próxima ao centro. O centro da cidade abrigava, por sua vez, uma infinidade de pequenas manufaturas, que, também neste caso, aproveitavam-se da infra-estrutura urbana já instalada, bem como da grande concentração de mão-de-obra na área central.

Dado o caráter da economia brasileira ser dependente, a cidade do Rio de Janeiro era, porém, essencialmente mercantil, com o porto como referente econômico central que desempenhava o papel mais importante na circulação das mercadorias (exportação e importação) a nível nacional. Daí que o surto de industrialização mencionado não alterasse substancialmente a organização espacial e social da cidade. É no centro da cidade, ainda de caráter colonial, que estavam localizadas as decisões, e nele é que viriam a dar-se as "grandes transformações, motivadas sobretudo pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital".

O suporte ideológico dessas transformações foi o "discurso da modernização", que se gesta nesse período, seguindo modelos importados da Euro-

pa, que eram contapostos ao "atraso" de nossa sociedade e, por extensão, da cidade. Foi, então, um período em que as classes dominantes procuraram empreender uma modernização elitista, de cima para baixo, concretizando-a na primeira década do século XX, principalmente na administração de Pereira Passos -- empreendimento que serviu de exemplo e modelo para toda a sociedade brasileira.

2.2 - As estruturas e conflitos sociais e o movimento operário.

Como já se afirmou anteriormente, a segunda metade do século XIX corresponde no Brasil ao período de transição do escravismo ao capitalismo. Coincide, a nível mundial, com um "processo de modernização" por que passam muitas das sociedades e economias periféricas, aproveitando-se dos capitais excedentes dos países centrais.

O Brasil, neste quadro, integra-se à "divisão internacional do trabalho", reafirmando sua vocação agrícola e de exportador de matérias-primas. É a afirmação da "burguesia cafeeira", localizada principalmente em São Paulo, continuando a economia nacional dependente de um grande produto de exportação.

A nova forma de relação de trabalho, que é o assalariamento da mão-de-obra livre, dá um salto qualitativo na produção, adequando o trabalhador às novas formas de produção e circulação. No entanto, não será utilizada sempre nesse processo, de início, a mão-de-obra nacional, que na visão da elite era considerada inapta, sendo o embrião da incipiente classe operária o imigrante.

Esta nova mão-de-obra, principalmente localizada no Rio de Janeiro e em São Paulo foi proveniente da Europa a partir principalmente da década de 1870 até fins da República Velha. Com diversas flutuações no fluxo de imigrantes, o país recebe um grande contingente, que entra principalmente pelo porto do Rio de Janeiro. Durante a década de 1890 desembarcam no Brasil milhares de imigrantes europeus, sendo sua maioria constituída de italianos, seguidos de portugueses e espanhóis. Dirigem-se principalmente para a área rural paulista, sendo as fazendas de café de São Paulo responsáveis pela sua maior absorção. Vemos então que houve uma política

imigracionista deliberada por parte das autoridades estaduais e da fração hegemônica da elite. Marginalizou-se, assim, a grande massa de libertos e os trabalhadores livres nacionais, sendo estes a base do futuro exército industrial de reserva.

Constituído este rápido painel, vemos que a formação do operariado nascente esteve intrinsecamente ligada à imigração. Já no censo de 1890, a Capital Federal contava com um grande contingente de empregados industriais estrangeiros, que correspondiam a 39% da força de trabalho na indústria⁹. É controversa, no entanto, essa grande predominância de imigrantes, devendo ser relativizada no contexto global da produção e segundo os setores.

Com a industrialização, ainda incipiente no início do século XX, vemos que o maior polo industrial era então a cidade do Rio de Janeiro. Em 1907, a cidade já possuía 662 empresas, empregando um total de 34.850 pessoas. São Paulo, por sua vez, possuía 326 empresas, com um total de 24.186 empregados¹⁰. Isto mostra que o Rio de Janeiro concentrava um maior número de operários. Esta massa trabalhadora não deixou de manifestar-se, de ter alguma repercussão na vida urbana, pois, em termos relativos era um contingente considerável.

Neste período, apesar de as pequenas empresas e manufaturas de pequeno porte serem majoritárias, as grandes empresas absorvem a maior parte da mão-de-obra. Nota-se, nos dois tipos de empresa, que a consciência operária é semelhante, pois a militância e organização do movimento sindical refletem a média do operariado.

Neste momento do movimento operário, as correntes políticas são inúmeras; podemos, no entanto, agrupá-las em dois grandes blocos, com muitos matizes ideológicos. São eles o anarquismo e o reformismo.

Começemos pelo anarquismo, que no Brasil teve repercussão importante enquanto ideário revolucionário. Como movimento, nasce na época da Primeira Internacional (1864-1876), na Europa, tendo grande divulgação na Rússia, Itália, França bem como nos países ibéricos: Portugal e Espanha.

Dentro deste movimento havia várias correntes, sendo o anarco-sindicalismo uma das que mais influência conquistou no operariado em nosso país. O anarquismo é introduzido no Brasil principalmente pelos imigrantes, sendo em maior número os militantes de origem italiana; mas também existiam entre eles portugueses e espanhóis.

O anarco-sindicalismo, preponderante por um longo período na Primeira República, é inspirado preponderantemente no movimento sindical francês. Pregava:

a luta econômica em oposição à luta política da classe operária. Acreditava que as associações e os sindicatos poderiam ter dois objetivos. Primeiramente, serviam como entidades fundamentais para luta pela melhoria das condições de vida do operariado e pela emancipação social. Ao mesmo tempo, julga que esses sindicatos podem ser considerados as bases de uma nova organização econômica da sociedade, depois da vitória da revolução, na qual a greve desempenha um papel fundamental".

Como vemos, os anarco-sindicalistas propõem a "ação direta", rejeitando completamente a participação eleitoral e institucional e propugnando a abolição total do Estado, utilizando-se para isso do grevismo enquanto tática. Internacionalistas, conseguem uma grande adesão dos trabalhadores imigrantes, sendo capazes de, mesmo com um grande número de estrangeiros, criarem uma autêntica liderança operária no país. Já os reformistas têm

seus líderes saídos das "classes médias" da sociedade, o que mostra haver uma composição social diferente em cada um dos dois movimentos.

Existe uma grande dificuldade em se medir a real influência da corrente anarquista na classe operária da época. O movimento sindical era então restrito a alguns círculos, restando pouco material conservado desse período. Apesar do movimento organizado não ser hegemônico na classe trabalhadora de então, vemos fatos que mostram uma certa estruturação dos trabalhadores. O Congresso Operário de 1906 é um grande exemplo, pois foi tomada nessa ocasião a decisão de se criar a Confederação Operária Brasileira, posição defendida pelos anarco-sindicalistas. Isto mostra sua influência no momento, haja visto que a proposta reformista (socialistas) de se criar um partido político foi rejeitada. Curioso notar que, até a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, nenhum partido operário ganhou alguma projeção.

As resoluções do Congresso de 1906 serviram de eixo para o movimento operário até fins da década de 1910. Notamos que o tom do congresso foi mais sindicalista do que propriamente revolucionário, mostrando, com isso, que a luta econômica era vista como um caminho mais viável para o movimento do que a transformação política, a criação de uma nova sociedade.

A outra tendência a que nos referimos é genericamente chamada de "Reformistas". Vemos que socialistas, jacobinos, positivistas, são correntes atuantes nesta tendência na época estudada. No Rio de Janeiro há um predomínio acentuado da corrente socialista, sendo a maioria de seus quadros pertencentes a setores do Estado, tais como ferroviários, marítimos e outros.

No final dos anos 1890, essa tendência "reformista" poderá ser localizada mais claramente no Distrito Federal. Talvez seja conveni-

ente lembrar a convivência da classe operária com o governo e os centros vitais do aparelho de Estado, numa mesma cidade, deve ter conferido características especiais às relações entre o movimento operário e o Estado¹².

Esta linha de análise explica talvez porque no Rio de Janeiro, ainda na República Velha, o "sindicalismo amarelo" terá forte influência e, posteriormente, o trabalhismo getulista, aí terá forte base. A especificidade do caso carioca foi, marcadamente, de cunho político, pois sua estrutura industrial era muito semelhante à São Paulo. No Rio, o componente étnico teve importância, visto que a maioria dos trabalhadores era constituída de portugueses e brasileiros, tendo aí um dos fatores que talvez explique a pouca influência libertária na classe operária.

Enquanto proposta, o movimento reformista formulava reivindicações de caráter econômico e de melhorias em geral para a classe trabalhadora, nunca colocando em questão a organização social vigente.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do país, como nos lembra Boris Fausto:

afora ser a maior cidade brasileira, mostrava uma estrutura social amplamente diversificada. Ali se concentrava um setor menos dependente das classes agrárias, constituído pela classe média profissional e burocrática: militares de carreira, alunos da Escola da Praia Vermelha, estudantes de escolas superiores. Diante deles havia um significativo núcleo de trabalhadores em serviços, onde as ideologias anarquistas e anarco-sindicalistas não haviam penetrado¹³.

Os operários de empresas estatais eram constituídos por brasileiros e eleitores, sendo condição necessária o alistamento eleitoral para o emprego. Fica claro então que havia, em tais empresas, um grande número de

eleitores a serem cooptados, não sendo à toa ser no Distrito Federal que as iniciativas para a criação de partidos operários foram levadas a cabo. Pelo menos quatro partidos foram fundados na cidade. Apesar de durarem pouco, mostram uma trajetória diferente de São Paulo, onde, pela influência anarquista e pelo maior contingente imigrante, a dinâmica foi outra.

As tentativas de atrelamento do movimento sindical são constantes, dada a formação da liderança carioca, constituída de elementos mais maleáveis politicamente. Importante notar que as autoridades governamentais, além da repressão policial, constroem um discurso xenófobo na tentativa de dividir o movimento:

Desde o começo do movimento operário, o governo, a polícia e a maior parte da imprensa alegavam que a agitação no meio operário era o mero produto da importação das palavras de ordem européias. Não haveria motivo para agitação porque o Brasil era um país novo com oportunidades para todos¹⁴.

Neste ambiente, principalmente na Capital, não poderia o movimento operário ter tomado rumos muito diferentes. Apesar de no Rio de Janeiro a corrente reformista-socialista ser majoritária, não devemos esquecer que o anarquismo também teve alguma repercussão, não se limitando somente à imprensa operária. Podemos citar, por exemplo, a Insurreição Anarquista de 1918, que aconteceu no Rio de Janeiro.

Importante frisarmos que o discurso xenófobo era bastante usado para legitimar as deportações de líderes estrangeiros, como diz Paulo Sérgio Pinheiro:

Levando em conta a composição da classe operária e os reduzidos efetivos da liderança operária, essas vagas de expulsão certamente

tiveram um efeito na diminuição do ímpeto do movimento reivindicatório¹⁵.

Não sendo o Rio de Janeiro alheio aos conflitos sociais, neste período a greve canalizava grande parte das insatisfações populares. No entanto, tivemos também movimentos policlassistas importantes, onde a participação popular era fundamental. A Revolta da Vacina, de 1904, é o grande exemplo, movimento este que ganhou grande repercussão não só a nível local, mas também ameaçando diretamente o poder central. Ele exigiu intensa repressão policial e militar para ser sufocado. Não se deve esquecer de enquadrá-lo no contexto da **reforma urbana** por que a cidade estava passando, levando-nos a pensar que possa ter existido uma relação direta entre esses dois processos.

Já em 1902, ocorre a primeira greve no Rio, numa indústria de sapatos, culminando o movimento com a primeira greve interprofissional, em agosto de 1903, sendo a repressão policial intensa.

As greves e manifestações operárias são vistas como movimentos a serviço de países estrangeiros. Este é o discurso das autoridades. Estas usavam de métodos repressivos variados, incluindo até a expulsão dos estrangeiros, aproveitando-se da divisão étnica da classe operária. Durante toda a República Velha, a "questão social" é tratada como caso de polícia. Apesar da intensa repressão no período, há um acúmulo de forças do movimento operário.

Exemplo maior é a greve de 1917. Da cidade de São Paulo, o movimento repercutiu por todo o Estado e no Brasil, mas a Federação Operária no Distrito Federal não consegue lançar uma greve geral. Apesar disso, a greve no Rio chega a atingir de cinquenta a sessenta

mil operários e durou de 18 a 27 de julho. Houve intensas investidas da polícia e as negociações pouco trouxeram para os trabalhadores⁴⁶.

Vemos que, mesmo com todas as limitações, o movimento operário avançava, na Primeira República, tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo. O número de trabalhadores sindicalizados aumentou, fortalecendo, como um todo, o movimento operário. O período compreendido entre os anos de 1919 e 1920 foi de alta mobilização. E paralelamente, as greves também aumentaram, florescendo uma imprensa operária com alguma repercussão na sociedade brasileira.

2.3 - A reforma urbana.

Como visto nos dois pontos anteriores o Rio de Janeiro passa por um processo de expansão urbana e crescimento populacional. Neste período já se havia elaborado alguns planos de melhoramentos para a capital do país. Na década de 1870 é criada a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, da qual faz parte o engenheiro Francisco Pereira Passos, sendo algumas de suas sugestões aproveitadas posteriormente na sua administração na Prefeitura.

O processo de transformação por que passa a sociedade e principalmente a economia nacional é fundamental para compreendermos a mudança pela qual passava o Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XIX, o processo que chamamos de "segunda revolução industrial", que se está processando na Inglaterra e demais países capitalistas centrais, aumenta a produção de produtos industrializados. Com isto, o comércio internacional sofre grande expansão. Paralelamente a tal fator, crescem as exportações de capitais e investimentos diretos, sobretudo nas áreas de serviços e infra-estrutura urbana, configurando nas sociedades periféricas o início do processo de modernização.

O Brasil não foge a este quadro, sendo marcante, aqui, a influência inglesa, a ponto de quase todos os investimentos de infra-estrutura passarem ao controle britânico. Inicia-se o processo de absorção de muitas empresas nacionais, caracterizando uma concentração do capital, sendo um exemplo disto o caso da "Light and Power", companhia de capital inglês, que pouco a pouco detém o monopólio dos transportes de bondes, energia elétrica e outros setores.

Com a entrada do país no circuito capitalista mundial, a cidade do Rio de Janeiro, então o maior porto do Brasil, deve se adequar ao aumento

do fluxo de mercadorias. Não pode continuar com sua antiga disposição espacial puramente mercantil, o porto já não comporta a demanda de mercadorias e, sendo a base econômica da cidade a exportação e importação de produtos, vemos que,

a sua integração cada vez maior no contexto da economia capitalista internacional exigia uma organização do espaço urbano (e, principalmente, do espaço urbano de sua capital) condizente com o novo momento de organização social pelo qual passava a nação¹⁷.

Outra questão importante para a compreensão do processo de urbanização pelo qual passa o mundo capitalista, é que:

o traçado urbano refletiria os interesses e as necessidades da burguesia e, de uma forma mais ampla as do capital. A disposição dos bairros, a localização das fábricas, lojas e bancos, áreas de lazer, estradas de ferro, estariam em função desses interesses e necessidades¹⁸.

Não podemos separar os projetos de reformulação urbana que acontecem nos principais países capitalistas, do que se processou no Rio de Janeiro no início deste século. Após a década de 1860, há uma intervenção estatal na questão do planejamento urbano, sendo o modelo parisiense o mais acabado.

Também importante é perceber que os novos usos do espaço urbano são efetivados neste período. Trata-se da

associação entre formação de grandes cidades e o desenvolvimento do capitalismo. Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que as grandes metrópoles são componentes ativos do processo de desenvolvimento do capitalismo. O século XIX é rico em exemplos, tanto na Europa como Estados Unidos¹⁹.

No Rio de Janeiro ocorre processo semelhante, porém guardada a devida proporção, pois nesse período, serão lançados no espaço urbano carioca novos elementos que irão possibilitar a separação gradual em princípio e depois acelerada dos usos e costumes urbanos, como também das classes sociais, antes concentradas e misturadas no antigo centro colonial.

Quando a burguesia cafeeira assume e consolida o controle do Estado, trata de realizar um processo de intervenção, ordenando a cidade conforme seus interesses. Como suporte ideológicos desta intervenção "cirúrgica" temos os conceitos de "civilidade" e "modernidade", aliados à questão sanitária. São eles fundamentais para a compreensão de todo o processo de remodelação urbana.

Na virada do século temos à frente do governo o Presidente Campos Sales, com mandato até 1902. Devido à sua política impopular de ajustamento econômico, com uma forte taxaço sobre o consumo, é repudiado pelas classes populares urbanas do Distrito Federal. No plano internacional negocia a dívida externa, colocando com isso o país numa situação de maior dependência do capital financeiro internacional.

Em novembro de 1902, assume a presidência Rodrigues Alves, representante também da burguesia cafeeira. Encontra as finanças saneadas e conta com os novos empréstimos ingleses, negociados por seu antecessor. Já no seu discurso de posse, o presidente afirma como eixo central de seu programa de governo o saneamento e "melhoramentos" na cidade do Rio de Janeiro e no seu porto:

Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta capital, trabalho sem dúvida difícil porque se filia a um

conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada (...)

A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo (...) Os serviços do melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elemento de maior ponderação para esses empreendimentos grandiosos.

(Discurso de posse do Presidente Rodrigues Alves em 15-11-1902)²⁰

Como o vemos, no discurso de Rodrigues Alves é imprescindível destacar dois aspectos: a importância da mão-de-obra estrangeira, e a captação de recursos externos para o desenvolvimento do país.

No entanto, para estes objetivos se concretizarem, o saneamento e a modernização da Capital Federal são fundamentais, não sendo à toa que as obras do porto serão logo encaminhadas, após levantamento de empréstimo externo. O plano de Rodrigues Alves é ambicioso, não sendo possível à Prefeitura da cidade arcar, sozinha, com sua execução e custos. As obras de maior vulto ficam a cargo do governo federal, como as do Porto e da nova Avenida. A prefeitura cabe uma série de obras que, completando as federais, altera profundamente o aspecto físico da cidade.

O centro do Rio de Janeiro era, antes da reforma, um emaranhado de construções com as mais diversas ocupações. Existiam lado a lado lojas comerciais, bancos, manufaturas, habitações e cortiços. O transporte era deficiente, o calçamento irregular, sendo as ruas estreitas e sinuosas. A peste periodicamente invadia a cidade, sendo comuns as epidemias contagiosas como, por exemplo, as de febre amarela. Devido à alta densidade e concentração demográfica, espalhavam-se facilmente, causando um grande número de vítimas. A questão do saneamento era, como vemos, urgente, não

sendo à toa que, na administração de Pereira Passos, o problema estivesse na ordem do dia.

Entre 1872 e 1890, a população do Rio de Janeiro duplicou, passando de 274.972 habitantes a 522.651 habitantes. Em 1906, a capital possuía 811.444 habitantes, bem abaixo, vinham São Paulo e Salvador, com pouco mais de 200 mil²¹.

A reforma urbana executada por Pereira Passos tinha dois suportes.

O primeiro era a reforma de Paris, empreendida por Haussmann, o primeiro protótipo de primeira metrópole moderna. O prefeito de Paris, Georges Eugene Haussmann, foi nomeado por Napoleão III, numa conjuntura de reação, após as revoluções liberais de 1848:

Um conjunto monumental de largas avenidas e longas avenidas em perspectiva (boulevares), com fachadas uniformes de ambos os lados foram rasgados no centro de Paris (...) O Plano Haussmann tinha como uma das suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servia aos motins populares de rua²².

A intenção clara era tornar a cidade segura, com movimentação e circulação viária eficiente, até para, se fosse preciso, facilitar o uso das tropas. Nos seus dezessete anos de governo, Haussmann realizou um plano urbanístico sem precedentes na História, pois, deliberadamente, foi construída uma nova Paris em cima da antiga cidade medieval.

Introduzindo novas maneiras do uso do espaço, inauguraram-se jardins públicos (grandes praças), áreas verdes, no intuito de facilitar a circulação do ar e da luz (discurso utilizado na época). O novo é que estes espaços agora estavam abertos à toda a população, não mais só à elite aristocrática.

Esta reforma foi seguida como exemplo em outras sociedades industriais e mesmo nas dependentes, pois as grandes avenidas, além de servirem de instrumentos de coação política e militar das classes dominantes, os bulevares, imitados em todas as partes do mundo, atendiam a razões vinculadas à circulação urbana e, de modo geral, ao conjunto de necessidades colocadas pela grande indústria²³.

Durante um período da experiência de Haussmann em Paris, o então adido Pereira Passos acompanha *in loco* essas transformações. Permanece em Paris de 1857 até fins de 1860, tendo certamente estas influenciado suas reformas, já que, posteriormente seria sua inspiração e solução para os problemas da cidade do Rio de Janeiro.

O segundo suporte é a "questão higiênica", que, nos anos finais do século passado, toma vulto no mundo, devido aos avanços da medicina. A medicina social surge neste período como o **saber** que modelaria as novas práticas de higiene, disciplinando o controle social e o individual. Enquanto discurso científico, a medicina social legitimava o combate às doenças contagiosas que punham em risco a própria reprodução da força de trabalho, além de afirmar a importância da circulação dos ares e da luminosidade nas habitações.

O Estado passa a intervir cada vez mais no cotidiano dos habitantes, disciplinando uma série de usos e costumes. É sintomático que Pereira Passos tenha baixado, durante sua gestão, vários decretos para coibir a venda de produtos animais pelos ambulantes, para combater a mendicância, para recolhimento dos cães vadios, zoneamento das hortas e pomares, culminando com a guerra aberta contra os quiosques. Estes foram condenados como anti-higiênicos e de pouco valor artístico ou estético. O cronista Luís Edmundo nos mostra um quadro interessante:

E a par dos já numerosos bares e botequins, surgem os quiosques, armações frágeis de madeira erguidas em plena calçada. Vendem café, cachaça, broas de milho, lascas de bacalhau, além de frituras, fumo e outras miudezas. (...) A higiene é nenhuma, os insetos infestam o lugar. E, nas proximidades, os restos de comida atraem cães vadios. A sujeira dos quiosques emporcalha a cidade, transmite doenças. Mas é neles que o povo come²⁴.

Vemos que, dentro deste quadro, os discursos do saneamento e higienização da cidade são importantes no projeto de remodelação da Capital Federal. Com Pereira Passos e Oswaldo Cruz inaugura-se no país a primeira "política de saúde pública".

Sendo a remodelação da cidade uma grande empreitada, o governo federal e a prefeitura dividem as tarefas, cabendo ao governo federal três grandes obras: a construção do Porto e da Avenida do Cais, o prolongamento do Canal do Mangue e da Avenida Francisco Bicalho e, por fim, a abertura da Avenida Central.

A Avenida Central é o carro chefe da remodelação. Seu traçado rasgava, de mar a mar, a península onde se localiza o centro, num labirinto de ruas estreitas e sinuosas, de intenso movimento. Atingia em cheio o centro nervoso da capital do país, onde coexistiam as atividades administrativas, o alto comércio e as finanças e numerosas unidades artesanais e fabris de produção. Além, é claro de estalagens, cortiços, casas de cômodos, local de trabalho e moradia, o centro é onde se concentra a maior parte do proletariado urbano carioca.

A necessidade de uma ação rápida decorria do enorme custo social e político da obra. A avenida -- e o elenco de normas e proibições que acompanham sua construção -- desabrigou milhares de pessoas

e desorganizou seu quadro cotidiano de existência. Segundo Sousa Rangel, foram desapropriados cerca de 590 prédios; José Reis afirma que a avenida exigiu 700 demolições e Eulália Lobo menciona 641 casas de comércio desapropriadas²⁵.

A Avenida Central serviu de modelo e grande exemplo da "modernização" para a sociedade. Seus pressupostos serviram perfeitamente ao novo ideário da classe dirigente, que agora não precisa mais ir a Paris, pois, em pleno trópico constrói-se uma "Europa possível". Porém, notamos que, mesmo sendo a modernização e embelezamento de fachada, não hegemonizando totalmente o espaço, mas sim criando "ilhas" na cidade colonial, muda completamente a fisionomia da cidade. A prefeitura, paralelamente, também empreende outros melhoramentos, abrindo novas avenidas, alargando um sem número de ruas, visando com isto facilitar a circulação no centro e consolidar as ligações da zona sul (Avenida Beira-Mar) e da zona norte (Avenida Mem de Sá) com o centro da cidade. Também contemplou as ligações com a zona portuária, sendo o novo porto importante para a imagem do país no exterior.

Abriu-se uma série de ruas de acesso, sendo que a Avenida Passos, por exemplo, ligou o centro ao bairro da Saúde. Somou-se a isso a construção de grandes prédios públicos, calcados na **art nouveau** européia. Como exemplos temos o Museu de Belas Artes, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, o Palácio Monroe. Não é mera coincidência a localização de quase todos na Avenida Central.

A Reforma Passos é o primeiro grande exemplo de intervenção estatal maciça sobre o espaço urbano no Brasil, adequando-o a nova realidade econômica, social e ideológica.

Pela primeira vez em sua história, a cidade sofreu o impacto de uma política urbana, previamente concebida em todos os seus detalhes,

formulada num plano sistemático, abrangendo um amplo leque de iniciativas que repercutiram como um terremoto nas condições da existência da população carioca²⁶.

Centenas de prédios foram rapidamente demolidos, milhares de pessoas desalojadas de seus lares. Este processo, se por um lado resolveu as contradições existentes, acabou gerando outras contradições para a nova ordem social que surge.

Agrava-se a crise habitacional na cidade, com o grande número de pessoas pobres que não têm onde morar, nem podem viver longe do centro, que é o local de trabalho da maioria:

É a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então desprestigiados como local de residência, passam a ser efetivamente ocupados, dando origem a nova forma de habitação popular -- a favela²⁷.

Como já analisado, a Reforma Passos adequa-se ao contexto econômico-social de formação de uma nova ordem:

Superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista, é o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do modo de produção capitalista. Neste movimento de transição o papel do Estado foi fundamental, tanto no que diz respeito à sua intervenção direta sobre o urbano, como no que toca ao incentivo dado à reprodução de diversas unidades do capital²⁸.

2.4 - Conclusão.

O que se consolida em nossa sociedade, no período estudado, é uma nova forma econômica: o capitalismo. Travestido no discurso da "modernização", vemos que aos poucos sua penetração vai minando a antiga estrutura sócio-econômica e a sua representação espacial. As elites possuem agora o seu espaço "limpo e higiênico", para poderem circular e desfilar. A Avenida Central é o local onde se materializam todos os seus desejos, inaugurando-se o período conhecido por **Belle Époque**, onde a modernização da sociedade assume um novo modo de vida cosmopolita e agressivo, é o auge do "arrivismo". Designa-se o período da Reforma, com a expressão **Regeneração**, no sentido de "civilizar-se". Enfim, incorpora-se o **slogan** criado pelo cronista Figueiredo Pinto, num tom marcadamente eufórico: **O Rio civiliza-se!** Vem deste período, também, a alcunha de **Cidade Maravilhosa**.

III - A IMPRENSA E A REFORMA URBANA

3.1 - A imprensa carioca no início da República.

A imprensa carioca no período estudado se pode dividir em dois blocos. O primeiro é a imprensa burguesa, também chamada de "grande imprensa", na qual há um predomínio dos jornais diários, além de algumas revistas literárias. Já o segundo bloco constitui a chamada imprensa operária, integrada principalmente por jornais ligados a sindicatos, organizações políticas, Ligas e Uniões de trabalhadores, ou mesmo por idealistas de escassa militância efetiva. Predominavam nessa imprensa duas correntes políticas: o socialismo e o anarquismo.

Começemos nossa pequena análise da imprensa deste período pela "grande" imprensa burguesa.

Com o advento da República, em 1889, o panorama da imprensa é praticamente o mesmo do final do Império, sendo as únicas e significativas exceções o Jornal do Brasil, fundado em 1891, e o Correio da Manhã, fundado em 1901.

Neste período vemos a consolidação da imprensa burguesa. Os pequenos jornais cedem lugar às empresas jornalísticas, vindo daí o termo "grande imprensa". Com maior estrutura e novas técnicas, afetando o plano da produção e da circulação, ela estabelece novas relações com anunciantes e leitores. O jornal agora é um empreendimento ao alcance de poucos, é mais fácil comprar um exemplar do jornal do que fundar um. A fase heróica ou individual já passou: é mais importante se consumir a opinião do jornal do que a própria notícia. Ele se politiza ainda mais nesse período.

A grande imprensa é um reflexo das novas relações sócio-econômicas porque está passando a sociedade brasileira nesta virada do século. O jor-

nal é agora uma empresa do sistema capitalista como outra qualquer. Os anúncios também acompanham esta tendência, sofisticando-se cada vez mais tanto na apresentação como no relativo ao conteúdo. Há também uma sofisticação e seleção dos anunciantes: é o prenúncio da publicidade.

A politização acentua-se nessa imprensa. Identificamos dois pólos nítidos nas posições: o situacionismo e o oposicionismo, ambos sistemáticos. Na verdade, têm como pano de fundo, neste período de consolidação republicana, a disputa entre os próprios republicanos e os remanescentes e saudosistas da monarquia.

Conforme as conjunturas políticas as posições acirram-se, sobretudo com a entrada em cena do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã, ambos polêmicos. Sendo a política o principal objeto, é importante destacarmos que o "fato político" no aspecto personalista destaca-se, ficando centrada a discussão nas questões pessoais. As questões sociais raramente são tratadas, pois, sendo uma imprensa elitista, contempla apenas o ideário das classes dominantes.

Passemos agora a uma pequena mostra da imprensa da época e alguns de seus representantes.

Sendo o Jornal do Commercio o jornal em circulação mais antigo, é um órgão conservador por excelência, atingindo um público de alto nível, composto de políticos, altos funcionários, comerciantes e classe empresarial. Tem como posição política o apoio a todos os governos: é situacionista por opção.

O jornal A cidade do Rio, vespertino, representante da "velha" imprensa, pois não tem uma estrutura empresarial, vive das circunstâncias econômicas de seu proprietário. Centrado na pessoa de José do Patrocínio, desaparece em 1902, sendo um dos últimos exemplos do jornalismo individual,

na medida em que as empresas jornalísticas, dentro do contexto da consolidação burguesa o superam, ocupando todos os espaços na imprensa.

O Jornal do Brasil é um jornal assumidamente monarquista, fundado no contexto político da consolidação da República. É oposicionista por natureza, o que ocasiona uma série de atritos seus com o governo republicano. Apesar de seu oposicionismo notório, apoiará integralmente a administração de Pereira Passos, podendo, mesmo, ser considerado seu porta-voz oficioso. É o modelo mais bem acabado da "nova" empresa jornalística, servindo de exemplo para toda a imprensa do país.

É neste quadro que, em 1901, é fundado o Correio da Manhã, primeiro órgão "moderno" e de oposição aos governos estabelecidos, combativo e participante. É um jornal eminentemente formador de opinião. Propõe-se a defender as causas populares.

Também importantes, neste contexto de "grande imprensa", são as revistas literárias e científicas. Têm um padrão diferente dos jornais diários, atingindo um público menor e mais específico. Aparecem no começo do século XX, apesar de terem antecessores no século XIX, tal como a Semana Ilustrada. Sua preocupação é com a informação, com a alta qualidade gráfica; utiliza muito a fotografia na veiculação das notícias.

O contexto de "modernização" por que passa o país, e mais especificamente a sua capital, é propício a

uma imprensa de bom gosto, fina, 'up to date', ainda que seu alcance se limitasse à rua do Ouvidor e Botafogo. Assim marcáramos nossa presença nos Campos de Bagatelle, construíamos uma avenida majestosa, debelávamos o perigo da febre amarela, civilizávamo-nos, enfim, era preciso mostrar (a nós mesmos antes de mais nada) que já tínhamos uma imprensa à altura da Avenida Central e dos prédios bolos-de-noiva²⁹.

Vemos que esta imprensa literária e científica, com quadros intelectuais de porte, como em Olavo Bilac, correspondia ao empenho de nossas elites para a modernização da cidade e, por extensão, de toda a sociedade.

Vemos que este segmento da grande imprensa correspondia ao esforço brasileiro de europeizar-se, de promover uma imagem favorável e 'vendável' do país³⁰.

Não podemos esquecer que a Reforma Passos causou um grande impacto na imprensa do período, especialmente nas revistas literárias. Com isto não simplificamos a questão, pois o ideal de modernização e renovação presentes nas reformas está também presente em todas as revistas; mas daí a dizermos que elas vivem em função da Reforma Urbana, há uma grande distância.

No entanto não podemos deixar de lado o impacto da Reforma Passos, e em especial a Avenida Central que para Antônio Dimas:

representou um desafoço urbanístico e sobretudo, mental. Sua abertura deu margem a uma série de especulações favoráveis, que iam desde a oportunidade de revolução arquitetônica até à modificação do vestuário ou dos hábitos femininos. Ela resumia praticamente toda a ânsia de renovação, de remodelamento, mormente porque se operava em começo do século, que, em si, sempre deve trazer, latente, desejos de reorganização³¹.

Neste contexto podemos nos aventurar a uma pequena descrição de algumas dessas revistas.

Em 1902, começa a circular O Malho, periódico de conteúdo humorístico a princípio, mais tarde incorporando também, a crítica política. Tem uma postura oscilante nas suas críticas, mais de acordo com as conjunturas políticas do que propriamente baseado em alguma imparcialidade.

Em 1903 surge A Avenida, de duração curta (apenas dois anos). Periódico identificado com o projeto de reformas, reflete a nova tomada de posição até no próprio título.

A revista Kosmos surge em 1904, em plena administração Passos, refletindo o desejo de modernização do país. É também

tomada como exemplo de mentalidade jornalística nova, de cunho empresarial, que não se deixa enganar, até certo ponto, por uma suposta rede de consumo amplo. Kosmos quer-se mais informativa do que artística, manipulando ambas as informações num tom não exibicionista e mantendo sempre o anúncio publicitário como suporte³².

Na mesma linha da Kosmos, surge no mesmo ano a revista Renascença. Pelo próprio título se nota a idéia de renovação. Dirigida à mesma faixa de público da Kosmos, e não suportando talvez a sua concorrência, dura apenas dois anos.

Visto o quadro da chamada "grande imprensa", passemos então à imprensa operária. No período estudado, ela é o elemento novo, pois, à margem da imprensa burguesa, desenvolve-se e reflete diretamente os anseios das classes trabalhadoras e do povo em geral.

Interessante notar que, na imprensa operária, o jornalista e o militante quase sempre se confundem. A análise do material por ela produzido permite verificar que outros pontos de vista existiam, fora do circuito da imprensa burguesa.

Vemos que, na imprensa operária, a divisão política do movimento operário está presente. Temos, lado a lado, jornais de vários matizes ideológicos, com predominância dos anarquistas e socialistas.

Seu aparecimento é detectado em fins do século XIX, mas ela proliferou principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, ao ponto de

que, neste período, foram editados aproximadamente 343 destes jornais no país, sendo 100 só na capital federal. Na sua maior parte, porém, esses jornais foram de curta duração, devido sobretudo às dificuldades econômicas, técnicas e de circulação, além do baixo poder aquisitivo de seu público-alvo. É importante também a ostensiva perseguição policial, determinando em muitos casos o seu fechamento.

Apesar de fracionada, a imprensa operária é importante, pois, como nos diz Francisco Elia:

O seu valor como documento vivo desse período é incontestável, pois além de informativo, foi o resultado de uma participação do individual e do coletivo no processo histórico. Desvinculada da ordem constituída e agindo ao mesmo tempo como agente coletivo de propaganda e organizador social, a imprensa operária acabava assumindo o papel de porta-voz de outras ordens, sempre presentes no social, embora freqüentemente reprimidas no político³⁹.

Nos jornais operários não existe a figura do repórter propriamente dito, pois nessa imprensa é a notícia que vai ao jornal, em forma de denúncias, material do movimento sindical e operário, cartas de leitores. Difere muito da "grande imprensa". Há uma comunicação direta e autêntica entre o veículo e o receptor. É rara a presença de anunciantes, e quando os há, o jornal toma posição em relação ao anúncio.

Vejamos a seguir, uma pequena descrição de Maria Nazareth Ferreira sobre alguns de seus aspectos:

O formato do jornal variava de acordo com as condições de papel e máquinas disponíveis, predominando, entretanto o tablóide. O número de páginas não era padronizado; pode ser relacionado com os acontecimentos: o conteúdo é que determinava a quantidade de páginas.

(...) Do mesmo modo, a periodicidade era determinada pelos acontecimentos³⁴.

É importante também assinalar que, em períodos de mobilização, como as greves, se nota um aumento significativo na sua circulação, a periodicidade é maior, e também a própria fundação de novos jornais. O jornal operário é um importante meio de mobilização e conscientização de classe, contribuindo de modo decisivo para a organização do operariado como um todo.

Neste período, no Rio de Janeiro, a maior parte dos jornais operários é ligada às duas principais correntes políticas do movimento: os socialistas e anarquistas. Temos alguns exemplos significativos dessa imprensa, tais como: A Nação (1903-1904), jornal socialista editado por Alcindo Guanabara; O Libertário (1904), jornal anarquista editado por J. Carlos Dias; A Semana Operária (1907), jornal socialista editado por Vieira de Campos; Avante (1904), jornal socialista editado por Alvaro Sá Pinto, tendo sede na cidade de Niterói; Avante - órgão anticlerical e republicano (1908); e, por último, Brazil Operário - órgão das classes proletárias (1903-1904), jornal socialista editado por Elisário Freire. Vemos uma predominância, no período, de jornais ligados à corrente socialista, sendo a explicação para este fato já analisada por nós no capítulo anterior, quando nos referimos ao movimento operário.

Este pequeno painel da imprensa (tanto a burguesa como a operária) no Distrito Federal é-nos útil para podermos perceber se realmente existiram diferenças, ou não, na interpretação da administração de Pereira Passos.

3.2 - As reações à reforma Pereira Passos na imprensa operária.

Na escolha dos eixos temáticos para a imprensa operária levou-se em conta a frequência com que apareceram os temas, que foram limitados a três. Procuramos, com tal escolha, refletir a percepção que a reforma urbana produziu nesses periódicos. Por serem em número reduzido e de periodicidade irregular, acabamos também por levar em conta a importância de cada tema em relação ao período estudado.

Os eixos temáticos ficaram então, assim:

1 - **Avenida Central** - é um eixo temático importante, pela projeção que a Avenida ganhou no projeto das reformas, devendo se tentar captar como foi percebida na imprensa operária.

2 - **Trabalhadores e condições de trabalho** - é um tema de relevo, pois essa imprensa deve refletir uma consciência de classe, além de que a questão do trabalho também é importante, como na época ainda não há uma legislação trabalhista, a imprensa operária serve de porta-voz para os trabalhadores denunciarem as condições de trabalho.

3 - **Desapropriações e habitação** - Dois temas reunidos num só eixo temático, pois entendemos que estão intimamente ligados. Procuramos ver como essa imprensa tomou posição frente ao problema habitacional, que a Reforma Passos só fez agravar.

No contexto de "modernização" que o Rio de Janeiro atravessa, a construção da Avenida Central não passa despercebida na imprensa em geral. O jornal anarquista O Libertário nos traz informações de como mesmo as correntes políticas do movimento operário estavam envolvidas pelo discurso do "progresso", pois, referindo-se à grande Avenida, afirma:

Um dos grandes acontecimentos que o povo festejou nesta capital, ultimamente, foi a abertura ao trânsito público da Avenida Central, melhoramento material de incontestável valor³⁵.

Adiante o jornal faz críticas às condições de trabalho, mas o discurso "modernizante" penetra sem dúvida no movimento operário e se reflete na sua imprensa. Sendo um jornal anarquista, parece-nos contraditório o seu elogio a uma obra executada pelo Estado, e ainda por cima em forma profundamente autoritária.

Num artigo em que o jornal Brazil-Operário critica a taxa sanitária, temos uma passagem que vem de encontro com o exposto acima:

Não viemos censurar o Sr. Dr. Passos pelas medidas que tem posto em prática, nem pelo grande melhoramento que vamos ter com a rua do Sacramento³⁶.

Ao se referir à necessidade de alargar-se a rua do Sacramento, nota-se uma legitimação das reformas, visto que acaba utilizando o termo "melhoramento", tão usado pela imprensa burguesa.

Sendo hegemônico o discurso "moderno", a imprensa operária acaba absorvendo um pouco do ideário da classe dominante a respeito das reformas. A própria classe trabalhadora vê a "reforma" como uma oportunidade de mudanças na sociedade. Temos que ter em mente as limitações da classe operária, que tem na imprensa a sua consciência possível naquele momento histórico.

A imprensa operária, por sua própria natureza classista, deve refletir as condições de trabalho e exploração a que está submetido o proletariado. Procuramos ver e constatar como ocorreu a inserção dos trabalhadores no processo de reformulação da cidade.

Os jornais operários não ficam alheios ao problema, o *Avante* denuncia a dispensa de operários que trabalham nas obras do porto:

Chega ao nosso conhecimento que há dias foram dispensados das oficinas da empresa das obras do porto cerca de 50 operários (...) Eles foram demitidos porque há falta de trabalho, alega a rica empresa³⁷.

Adiante o jornal nos dá a causa da dispensa. É para o aproveitamento de outros operários, que mesmo sem qualificação são contratados, entrando pela "janela". Denuncia em outro número a falta de segurança a que estavam submetidos os trabalhadores em geral. Um trecho da notícia:

Trabalhadores achavam-se entregues ao pesado affair de levantar uma pedra e esta escapou do guincho, caiu esmagando o pé esquerdo do trabalhador Manuel Tavares (...) ³⁸

O jornal *O Libertário* também denuncia essas péssimas condições de trabalho a que estão submetidos esses trabalhadores, no caso os da Avenida Central:

Era de ver todas noites, antes da inauguração, dezenas de homens, movendo-se à luz de lâmpadas elétricas num trabalho fatigante até pela manhã (...) ³⁹

Mais adiante o jornal nos mostra uma contradição. Apesar das condições de trabalho descritas, com o que fica claro que o "nível de consciência de classe" desse grupo de trabalhadores não é alto, nos diz que os operários festejaram o diretor com várias manifestações de apreço.⁴⁰

O Libertário também toca na questão salarial, apontando a exploração a que são submetidos esses trabalhadores, mostrando o conflito capital/trabalho.

Diz que os operários que trabalhavam nas obras para a abertura da "Grande Artéria" são submetidos a um

ridículo salário, enquanto os dirigentes que não fazem nada, ganham os dividendos⁴¹.

Estes exemplos acima citados mostram que, dentro de suas possibilidades e meios, a imprensa operária procura representar sua classe.

Esteve atenta aos problemas a que os trabalhadores eram submetidos. Reflete, porém, o grau de consciência da classe operária naquele momento histórico.

Um problema grave e que afeta grandes parcelas da população é o da habitação. Com o grande número de desapropriações e demolições de cortiços e moradias, efetuados pela Prefeitura, o problema agrava-se. A imprensa operária é sensível à questão e, segundo Francisco Elia:

O processo de desapropriação e demolição em andamento foi denunciado por essa imprensa, como ferindo o direito de propriedade, ao mesmo tempo em que o governo era acusado de inflexibilidade no trato com os desapropriados⁴².

Como a área atingida pelas demolições é justamente a área de maior concentração de cortiços, desabrigam aquelas demolições um contingente enorme, que não tem mais onde morar. Os planos do governo para construir-se "vilas operárias", além de demorados, mostram-se insuficientes para atender à demanda. As desapropriações são uma questão sensível, como vemos abaixo:

Quanto a desapropriação dos prédios adquiridos pela Prefeitura, achamos falta de curso em S.S. estipular o prazo de 3 dias para a mudança, não querendo saber se o inquilino tem ou não dinheiro para fazer ou se tem casa para ir morar (...)⁴³

E, em relação à demanda:

eram uma verdadeira loteria e os que recalcitravam sabiam que teriam o bilhete, branco... o governo é senhorio implacável, pois nesse caso, o difícil não era comprar as casas, é poder derrubá-las⁴⁴.

Vemos que a ordem de despejo é uma agonia para os moradores do centro, especialmente os dos cortiços:

Não basta dizer: mudem-se! Vão viver para para outro lugar. Vão mercar suas panelas e o seu carvão, a sua quitanda para outro ponto! Em primeiro lugar não há para onde ir viver. Ali na rua da Guarda Velha o prefeito implacável chegou a mandar destelhar as casas e nem assim as pobres famílias que nela residiam as abandonaram, foi preciso que viessem soldados e à força pusesse ao relento mulheres e crianças⁴⁵.

Vemos, pelas notícias reproduzidas acima, que as desapropriações provocaram algumas resistências, até pelo fato de não existir alternativas para os despejados. As denúncias de falta de moradias, como vemos, são uma constante, e ligadas, quase sempre, à Reforma Passos. Na verdade, o déficit habitacional é anterior; mas é agravado pelos "melhoramentos" por que a cidade está passando.

A preocupação principal da imprensa operária em relação aos desapropriados é principalmente com as camadas mais pobres:

Falemos dos pobres, daqueles que ninguém se incomoda, cuja mais humilde observação parece uma violência, que se pune logo com xadrez, se não a golpes de sabre. Para esses, o governo vai ser implacável, é o que está na sua tradição e nos seus hábitos(...)

Não falemos já dos prejuízos que terão as importantes casas de comércio, com enormes stock de mercadorias, com a freguesia encami-
nhada, com nome e a tradição ligadas ao ponto do seu comércio; esses

saberão resistir à violência, têm dinheiro, têm amparo, têm força, recorrerão ao tribunal, exigirão indenizações e hão de obtê-las⁴⁶.

No artigo acima, extraído do jornal *A Nação*, vemos que há uma noção de divisão de classes na sociedade. Aponta o Estado como parcial (e classista), na medida que não dá instrumentos iguais a todas as classes.

Essa imprensa também põe a nu a natureza conflitante da sociedade capitalista, mostrando que a passividade do operariado tem limites:

não se iluda o governo: tudo tem um termo, mesmo a paciência de um povo submisso e dócil. Não se sustenta a grandeza construída sobre a miséria e sobre o suor da agonia do povo⁴⁷.

O mesmo jornal também conclama, em 1904, a população a rejeitar o projeto de lei que instituiu a vacina obrigatória, que a seu ver vem ferir a sua liberdade⁴⁸. Como sabemos, ocorreu uma verdadeira revolta popular em 1904, um dos principais movimentos policlassistas na história da cidade, conhecido como a "Revolta da Vacina".

Há também, de parte da imprensa operária, uma preocupação com a "questão sanitária", mostrando com isso que não ficou alheia aos debates da época.

Vemos que a imprensa operária corresponde às posições da classe operária e as reflete, dentro das limitações da consciência de classe possível naquele momento histórico.

Por sua natureza classista, ela não foge de modo geral à defesa de sua classe social; no entanto, percebemos também que, em alguns momentos, absorve posições de outras classes. A hegemonia do discurso burguês de "modernização" e "progresso" é muito forte, como vimos. Percebemos algumas contradições nessa imprensa, quando, por exemplo, dá certo apoio aos melhoramentos materiais da cidade.

A imprensa operária está presente na denúncia das péssimas condições de trabalho e da falta de moradias para a população proletária urbana.

É importante como elemento de compreensão do processo reformista de Pereira Passos, que repercutiu intensamente nas classes populares. Expressa de maneira mais veemente do que a grande imprensa, os protestos populares, e serve de elemento organizador e mobilizador das classes operárias em geral.

Vimos que houve resistência à Reforma Passos, ainda que de forma não organizada e sem uma participação maciça durante todo o período. É talvez a única exceção a Revolta da Vacina de 1904, que irrompe numa ampla sublevação popular, mas não podemos esquecer de atribuir à Reforma Passos um papel de acirradora da insatisfação popular: foram acontecimentos com estreita ligação.

3.3 - As reações à Reforma de Pereira Passos na grande imprensa.

Na escolha dos eixos temáticos para a grande imprensa levou-se em conta a frequência com que apareciam os temas. Na imprensa burguesa houve um grande número de temas, obrigando-nos a seleccioná-los a partir de eixos previamente escolhidos, que procuramos fossem os mais significativos. Mesmo assim, continuou grande o número de temas, levando-nos a uma nova seleção, e, a partir daí, a condensá-los em três grandes eixos temáticos.

Os eixos foram assim definidos:

1 - **Avenida Central** (obras, desapropriações e inauguração) - Este tema é importante, pois, a Avenida Central é a obra de maior vulto das reformas, causando na sociedade um grande impacto. A imprensa burguesa lhe dá enorme cobertura, sendo por isso essencial para nós percebermos como essa imprensa toma posição frente a ela.

2 - **Desapropriações, demolições e habitação** - Neste segundo eixo, a frequência desses assuntos é grande. Resolvemos, por isso, colocar ambos os assuntos num único tema, visto que são interligados. É de se destacar que, para compreendermos a Reforma Urbana como um todo, este eixo temático é relevante por sua presença constante na imprensa burguesa.

3 - **Obras de melhoramentos e embelezamento da cidade** - Este último eixo temático, por si só, resume de forma geral a Reforma Passos, mas a importância que lhe atribuímos vem da grande frequência com que a grande imprensa se ocupa das obras de melhoramentos em toda a cidade (excluimos dele a Avenida Central). De maneira geral, refere-se ela à Reforma Passos com os termos "melhoramentos" e "embelezamento".

Passemos ao primeiro eixo temático, que está inserido no processo de modernização da cidade, como visto no capítulo anterior. A imprensa burguesa apóia de maneira geral o processo de reurbanização do centro da cida-

de. A Avenida Central é o principal veículo de divulgação do projeto das reformas. A imprensa burguesa, às vezes de maneira eufórica, saúda a entrada do país no século XX, livrando-se do passado colonial e da influência portuguesa.

Podemos identificar com muita clareza esse sentimento na revista *Kosmos* na qual escreve Olavo Bilac o seguinte:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. No abrir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial imunda, retrógrada, empenada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar d'aqueles materiais apodrecidos que desabavam, mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente (...)⁴⁹
E aliviado, algum tempo depois, nos diz:

Inaugurou-se a Avenida Central e o Rio de Janeiro, deslumbrado e glorificado por tal acontecimento (...) Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho... (...)⁵⁰

Olavo Bilac, mais do que qualquer outro cronista da época, encarnou esse sentimento de "modernidade". Para ele, as reformas deviam também se estender à cultura e aos hábitos cotidianos. Ele estava impregnado dos novos valores que a classe dominante queria propor para toda a sociedade.

O meu medo, o meu grande medo, quando vi que se ia rasgar a Avenida, foi que a nova e imensa área desapropriada fosse entregue ao mau gosto e à incompetência dos mestres de obra. (...) Uma boa Avenida não é somente uma rua muito comprida, muito larga e muito reta. A Avenida do Mangue tem todos esses predicados, e, entretanto é um horror! Uma Avenida precisa de prédios bem construídos, elegantes ou

suntuosos (...) O que me aplacou o susto, foi o ato louvabilíssimo do governo, estabelecendo leis rigorosas para as construções, e abrindo esse belo concurso de fachadas, cujo resultado excedeu as mais otimistas previsões⁵¹.

Vemos, no discurso de Olavo Bilac, a oposição do velho e do novo, ou melhor, do "atraso" versus o "moderno". O apelo à técnica é um dado importante, pois o mestre de obras é culpado pela falta de estética da cidade. Neste período os arquitetos e engenheiros estão consolidando seu discurso técnico e buscando reconhecimento social.

A reforma urbana é um importante "espaço" para essas categorias, e, com o impulso inicial propiciado, ganham corpo, juntamente com a especulação imobiliária.

A Avenida Central sintetiza o espírito dominante das elites, ficando sua marca ligada a todo o processo de "embelezamento" e "modernização" da cidade do Rio de Janeiro. Em uma passagem citada na obra de Oswaldo P. Rocha, Luís Martins nos resume esse sentimento:

A inauguração da Avenida Central separou para a cidade, se não para o Brasil, duas épocas. Os costumes modificaram-se, e com eles surgiu uma nova mentalidade. O carioca ampliou seu ângulo de visão. Estava preparando o caminho para o novo Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa. E foi em 1908 que Coelho Neto lhe deu esse título, com que será conhecida para sempre e bem lhe cabe, tal como o de Cidade Eterna a Roma, e o de Cidade Luz a Paris.⁵²

Dada a sua importância dentro da Reforma Passos, a Avenida recebe grande cobertura da imprensa. São artigos na grande maioria elogiosos, como por exemplo os de Kosmos, Renascença, A Avenida, entre outros. O jornal

Correio da Manhã parece ser uma exceção, criando muita polêmica. Em um número denuncia os problemas dos trabalhadores:

Uma coisa porém que o público ignora é que regímen agora estabelecido, pelos mandões da obra colossal, é o do pau, sim, senhores, do cacete! Falam do engenheiro Eugênio Dodsworth que na madrugada do dia 8 de novembro, por volta de 1 hora da manhã, chegou com uma turma de 'homens seus', bateu nos operários que trabalhavam na Avenida, carregando cestos de barro. Depois disso deu ordens de que nenhum trabalhador devia abandonar o serviço e saiu dizendo: Hão de morrer todos.⁵³

Além disso, também noticiou, no mês de julho de 1904, que trabalhadores não estavam recebendo os seus salários, além de muitos serem despedidos. Em agosto do mesmo ano, denunciou o não recebimento de horas-extras, pelos operários que trabalharam na Avenida Central. Criou também uma polêmica com Paulo de Frontin, o responsável pela Comissão Construtora da Avenida Central. A polêmica é em torno do eixo da Avenida: o jornal aponta erros na sua execução e cobra do Dr. Paulo de Frontin sua posição a respeito⁵⁴.

O uso da fotografia e da charge é muito grande, principalmente nas revistas, incorporando a técnica fotográfica de maneira cotidiana. Essa imprensa tem um papel importante na divulgação das reformas, não só a nível local como no país inteiro. A imagem fotográfica é um elemento recente na imprensa, e ao mesmo tempo ajuda a ampliar a repercussão das reformas. As revistas são os grandes exemplos desta tendência.

A incorporação dessas novas linguagens na imprensa é importante para percebermos como os valores da elite e os valores ascendentes da "classe média" são refletidos por ela.

É sobretudo nas revistas que a Avenida Central aparece mais. Mostram, com isso, uma identidade ideológica com as transformações que estavam ocorrendo na cidade, chegando ao ponto de servirem tais transformações de inspiração para uma delas: *A Avenida*, que dura apenas dois anos. Em setembro de 1904, essa revista dá destaque à inauguração do eixo da Avenida, descrita como a mais bela obra já feita até então, para o saneamento e o aformoseamento da cidade, e pede que o nome da nova Avenida seja simpático e *chic*, e não o de Central, que mais parece ser de estrada de ferro⁵⁵.

Compartilhando da mesma opinião a revista *O Malho* também faz um discurso elogioso à abertura da Grande Avenida. Em artigo de novembro de 1905, a Avenida é apresentada como o assunto dominante entre a população carioca. Motivo de orgulho, levanta o patriotismo tanto dos ricos como dos pobres, que vêem nela um novo símbolo de ordem e progresso, que rompe com

proporcionalmente a remuneração dos trabalhadores, pois executa maior trabalho e produtividade no mesmo período de tempo⁶⁵.

Já o jornal A_Cidade_do_Rio noticia as constantes interrupções das obras do Canal do Mangue⁶⁶, que já nessa época serve de escoadouro para os detritos da fábrica de gás.

O Correio_da_Manhã abre polêmica com Paulo de Frontin num artigo de severas críticas ao governo de Rodrigues Alves. Eis um pequeno trecho:

(...) as negociatas das obras no Porto e das avenidas até a escandalosa roubalheira das alfândegas (...) o sr. Frontin é que dita as desapropriações de prédios para a nova cidade⁶⁷.

Em fevereiro de 1904, *Kosmos* abre um grande espaço para as obras do Porto. É um artigo de Alfredo Lisboa, destacando os aspectos técnicos e com um pequeno histórico, para mostrar a importância do novo cais do porto para a cidade. Vemos mais uma vez que essa revista se identificava plenamente com a "importação" das idéias modernas. Procurou reunir toda a elite intelectual interessada na "modernização" do país.

Outra revista que segue a linha editorial da *Kosmos* é a *Renascença*.

Também está imbuída da ideologia "moderna" e do "progresso". Em artigo de 1904 nos diz que a execução das obras do porto era necessidade urgente para o desenvolvimento do comércio e da navegação. As obras da Avenida Central seriam seu complemento, já que não valia a pena a construção do novo porto, sendo as ruas de seu acesso pequenas, tortuosas e cheias de becos. Estas obras transformariam a cidade colonial numa bela e arejada metrópole moderna⁶⁸.

Vemos que seu discurso casa perfeitamente com as novas necessidades de circulação das mercadorias, dentro da lógica do capital.

O abastecimento d'água da cidade nesse período é deficiente. Com o crescimento urbano, aumenta a demanda pelos serviços de esgoto e abastecimento d'água⁶⁹. Outro problema da cidade é o das chuvas⁷⁰, não tendo um escoamento suficiente para dar vazão às águas pluviais, causando inundações em vários locais, como a área do Mangue⁷¹.

Na administração Passos, os transportes sofrem uma melhoria substancial, pois, uma das preocupações do Prefeito é melhorar a circulação da cidade. Em junho de 1904 é promulgado decreto estabelecendo leis de trânsito para as ruas e praças da cidade⁷². Temos também notícias de ampliação de linhas de bondes e da substituição de bondes de tração animal por

elétricos⁷³, como também da melhoria dos carros, que são pequenos e anti-higiênicos⁷⁴.

Aparecem também com frequência notícias sobre a construção de grandes prédios públicos, como os Palácios do Congresso e o da Justiça e o Teatro Municipal. A construção do Teatro Municipal gera uma grande polêmica sobre sua necessidade. Até o Jornal do Commercio critica sua construção num editorial, afirmando que, com as verbas a ele destinadas, poder-se-ia investir muito na educação e na melhoria da higiene da cidade⁷⁵.

Nesse período, a administração Passos empreende uma reestruturação na infra-estrutura da cidade. É noticiado corriqueiramente o nivelamento de ruas, o calçamento de ruas com asfalto ou paralelepípedos⁷⁶. O alargamento de ruas estreitas é constante. Temos o exemplo da Igreja de São Joaquim, que ficava colada ao Colégio Pedro II, fazendo-se necessária a sua demolição para o alargamento da rua Larga de São Joaquim (atual Marechal Floriano)⁷⁷.

Vários logradouros públicos sofrem melhorias no período, como as praças e largos, que são remodelados, recebem banheiros públicos, de acordo com a preocupação das autoridades com a "higienização". Um exemplo é a Praça Tiradentes (antigo Largo do Rossio)⁷⁸.

Como vimos no capítulo anterior, na virada do século as classes abastadas começam a se dirigir para a zona sul, agora a nova área nobre da cidade. A Prefeitura se encarrega de melhorar o acesso aos novos locais de moradia da elite. Uma obra que ganhou destaque na imprensa foi a Avenida Beira-Mar. Para a revista Renascença, esta obra irá contribuir para o embelezamento da orla marítima da cidade⁷⁹. Também O Malho nos informa que esta "obra colossal" irá embelezar o litoral da cidade, dando-lhe um aspecto elegante, e diz que, para aumentar o espaço da cidade, são feitos aterros⁸⁰.

Neste período, Botafogo substitui São Cristóvão como bairro nobre. Aumenta com isso a demanda de serviços e equipamentos urbanos para a área, além de haver uma remodelação paisagística na enseada de Botafogo. A imprensa irá destacar este bairro⁶¹, além de toda a área da zona sul. Como exemplo de temas tratados temos a abertura do Túnel do Leme⁶², que irá facilitar o acesso a Copacabana.

O apoio à política de "melhoramentos e embelezamento" da cidade é visível, é a revista *A_Ávenida*, que nos diz:

nós que palpitamos de prazer sempre que se ergue mais um novo edifício ou se abre mais um estabelecimento chic (...)⁶³

A revista *O_Malho* afirma que o desenvolvimento e embelezamento do Rio, através de belas construções, demonstram que, ao contrário do que se dizia, o povo se interessa pela "modernização", basta para isso que lhe dêem condições⁶⁴. Noutro artigo informa que houve transformações nos hábitos dos cidadãos, e que a cidade ganhava ares de civilidade⁶⁵.

E a revista *Renascença*, que é um porta-voz oficioso, diz que tornar o Rio uma cidade moderna é necessidade indeclinável do nosso problema econômico⁶⁶.

Vemos que a "grande imprensa" está perfeitamente enquadrada nos quadros ideológicos da "modernização". Entendem-se, pois, os elogios às autoridades empreendedoras das transformações ocorridas na cidade. *O_Malho* frequentemente traz artigos elogiosos às autoridades⁶⁷. E, em dezembro de 1906, nos diz que uma "multidão" foi despedir-se do Prefeito Pereira Passos. A matéria é redigida em tom de lamento pela sua saída⁶⁸.

Essa imprensa representa em geral a burguesia, sendo sua auto-imagem. A influência da burguesia é marcante; reflete, na imprensa, seu ideário de "modernidade". Vê-se, assim, que a imprensa, dita grande, tem consciência

de classe, porque podemos considerá-la como porta-voz e fração da classe dominante. É importante, pois, difundir a **nova imagem** (ordem) que se quer para a sociedade, para obter sua aprovação e o consenso social. Não é à toa que quase todos os grandes periódicos mudam suas sedes para a Grande Avenida. Porque a Avenida Central representa, mais que qualquer outra obra, o espírito "moderno"; simboliza, no espaço urbano, sua própria idealização e também a entrada do país no mundo capitalista.

IV - CONCLUSÃO GERAL

Como mostramos, a consolidação do capitalismo em nosso país se faz nesse período. O discurso de "modernização" legitima a nova ordem sócio-econômica, que se espelha na nova organização espacial da cidade, na época, a Capital Federal. As reformas executadas na administração Passos são a materialização, a nível ideológico, da ascensão de uma nova classe dominante: a burguesia cafeeira.

A Avenida Central é a obra que representa melhor esse espírito de "modernidade" que o país quer mostrar ao mundo. Na nossa sociedade, o "atraso" não tem mais vez; é preciso "civilizar" todo o tecido social. O Rio de Janeiro é o grande exemplo, a ser seguido por toda a sociedade. A Cidade Maravilhosa é uma das mais lindas do mundo, porém, não podemos esquecer que apenas uma área da cidade foi beneficiada pelas reformas, servindo de "fachada" da "nova sociedade", que seria mostrada ao mundo e a nós próprios.

As imprensas burguesa e a operária refletiram os interesses de suas classes. A grande imprensa é uma auto-imagem da burguesia, está totalmente dentro do ideário que esta classe quer passar para toda a sociedade. Difunde a nova ordem, procura obter da sociedade o consenso para as reformas.

Já a imprensa operária denuncia sempre as más condições da classe trabalhadora. Reflete uma posição de classe, apesar de suas limitações: naquele momento, representa o máximo que consegue o nível de consciência, podendo-se dizer que reflete a "consciência real ou empírica" dos trabalhadores. Expressa, de maneira às vezes até veemente, os protestos da população trabalhadora, servindo de elemento mobilizador e organizador.

Vemos, então, que as imprensas da época refletem e assumem sua posição de classe, pois, no discurso de cada uma, ficam claros os interesses a que servem.

Tendo a imprensa um caráter público e cotidiano, as posições de classe refletidas no seu interior têm um grande impacto. Refletem muito do contexto histórico e das estruturas sociais em que estão inseridas.

Assim sendo, nossas hipóteses tinham fundamento. Vimos que, em todo o processo de transformação por que passou a cidade do Rio de Janeiro, os propósitos das classes dominantes foram plenamente realizados. Afetando esse processo, sobretudo, enormes parcelas da população que habitava o centro da cidade, constituídas, na sua maioria, pelas classes mais pobres.

E, também constatamos que a imprensa tomou posição em relação à Reforma de Pereira Passos. Distinguimos claramente dois blocos.

A grande imprensa apóia, de forma geral, a execução das reformas, identificando-se com a nova ordem que se estabelece na sociedade. A imprensa operária nos mostra que houve resistência às reformas, ainda que não intensas. Em geral é crítica a todo esse processo, tendo clara percepção que apenas uma classe social se beneficiou com a Reforma Urbana, mas ao mesmo tempo não deixa de saudar o "progresso" e a "modernização", noções que lhe vêm do ideário dominante.

NOTAS

- 1 - Ver CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à História**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981. pp. 91-96.
- 2 - Ver GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**. trad. de Lupe Cotrim Garande e José Arthur Giannotti. Rio de Janeiro. Editora Betrand Brasil. 1988. 11ª edição. pp. 106.
- 3 - _____, **ibid.**, pp. 107-108.
- 4 - Ver ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLAN/Jorge Zahar Editores, 1987. pp. 43.
- 5 - _____, **ibid.**, pp. 44.
- 6 - _____, **ibid.**, pp. 44.
- 7 - _____, **ibid.**, pp. 140.
- 8 - _____, **ibid.**, pp. 141.
- 9 - Ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O Proletariado Industrial na Primeira República" in FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. volume 09. Rio de Janeiro, DIFEL-Difusora Editorial S/A. 1978. 2ª edição. pp. 139.
- 10 - _____, **ibid.**, pp. 141.
- 11 - _____, **ibid.**, pp. 150.
- 12 - _____, **ibid.**, pp. 163.
- 13 - _____, **ibid.**, pp. 164.
- 14 - _____, **ibid.**, pp. 167.
- 15 - _____, **ibid.**, pp. 157.
- 16 - _____, **ibid.**, pp. 161.
- 17 - ABREU, Maurício de Almeida, **op. cit.**, pp. 141.

- 18 - ROCHA, Oswaldo Porto e CARVALHO, Lia A. **A Era das Demolições do Rio de Janeiro: 1870-1920 e Contribuições ao estudo das habitações populares.** Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, 1986. pp. 23.
- 19 - _____, **ibid.**, pp. 23.
- 20 - _____, **ibid.**, pp. 60.
- 21 - BENCHIMOL, Jaime. "O Rio se renova. E o povo se rebela" in Revista do Brasil, I, 2, dezembro, 1984, pp. 108-121. pp. 111.
- 22 - _____, **Pereira Passos, um Haussmann tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Planejamento Urbano e Regional (PUR), do COPPE/UFRJ, 1982, 3 vols. pp 384-vol 2.
- 23 - _____, **ibid.**, pp. 384-vol. 2.
- 24 - _____, **ibid.**, pp. 582-vol. 3.
- 25 - _____, **op. cit.**, pp. 113.
- 26 - _____, **op. cit.**, pp. 666-vol. 3.
- 27 - ABREU, Maurício de Almeida., **ibid.**, pp. 142.
- 28 - _____, **ibid.**, pp. 67.
- 29 - DIMAS, Antônio. **Tempos Eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909.** São Paulo. Editora Atica, 1983. pp. 10.
- 30 - _____, **ibid.**, pp. 10.
- 31 - _____, **ibid.**, pp. 11.
- 32 - _____, **ibid.**, pp. 16.
- 33 - ELIA, Francisco Carlos F. **A Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro da Primeira República.** Dissertação de mestrado apresentada

ao Departamento de História, no ICHF, da Universidade Federal Fluminense, 1984. mimeo. pp. 67-68.

- 34 - FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo. Editora Atica, 1988. pp. 21.
- 35 - Jornal operário O Libertário, de 01-10-1904. pp. 06.
- 36 - Jornal operário Brazil_Operário, de 01-05-1903. pp. 04.
- 37 - Jornal operário Avante (Niterói), de 07-08-1904. pp. 02.
- 38 - Jornal operário Avante (Niterói), de 02-04- 1904. pp. 01.
- 39 - Jornal operário O Libertário, de 09-10-1904. pp. 06.
- 40 - **Idem.**
- 41 - **Idem.**
- 42 - ELIA, Francisco C. F. "Reformas Urbanas do Rio de Janeiro do início do século através da imprensa operária". Rio de Janeiro. Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa. s/d. Comunicação mimeografada. pp. 14.
- 43 - Jornal operário Brazil_Operário, de 01-05-1904. pp. 04.
- 44 - Jornal operário A Nação, de 14-12-1903. pp. 01.
- 45 - **Idem.**
- 46 - **Idem.**
- 47 - **Idem.** Dia 15-12-1903.
- 48 - **Idem.** Dia 07-08-1904.
- 49 - Revista Kosmos, de março de 1904.
- 50 - **Idem.** De novembro de 1905.
- 51 - **Idem.** De abril de 1904.
- 52 - ROCHA, Oswaldo Porto e CARVALHO, Lia A., **op. cit.**, pp. 74.
- 53 - Jornal Correio da Manhã, de 09-11-1904.
- 54 - **Idem.** Dias 02 e 03-10-1904.

- 55 - Revista A_Avenida, de 24-09-1904.
- 56 - Revista O_Malho, de 25-11-1905. pp. 03
- 57 - Jornal_do_Commercio, de 25-11-1904. pp. 03.
- 58 - **Idem.** Dia 19-05-1904. pp. 02.
- 59 - Revista O_Malho, de 10-02-1906. pp. 21.
- 60 - **Idem.** Dia 25-07-1903. pp. 16.
- 61 - **Idem.** Dia 24-03-1906. pp. 03.
- 62 - **Idem.** Dias 03 e 17-02-1906.
- 63 - Revista Renascença, de abril de 1904.
- 64 - Revista Eon-Eon, de 04-05-1907.
- 65 - Jornal_do_Commercio, dias 08, 22 e 29-10-1904.
- 66 - Jornal A_Cidade_do_Rio, de 18-03-1902.
- 67 - Jornal Correio_da_Manhã, de 08-01-1904.
- 68 - Revista Renascença, de abril de 1904.
- 69 - Revista O_Malho, dias 30-09 e 28-10 de 1905.
- 70 - **Idem.** Dia 24-03-1906. pp. 10.
- 71 - Jornal A_Cidade_do_Rio, de 18-03-1902.
- 72 - Jornal_do_Commercio, de 21-06-1906. pp. 02.
- 73 - **Idem.** Dia 02-02-1904. pp. 08.
- 74 - Revista O_Malho, dia 21-10-1905. pp. 30.
- 75 - Jornal_do_Commercio, de 22-03-1903. pp. 01.
- 76 - **Idem.** Dias: 10-4, 27-07, 23-09, 21-10, 11-11 de 1904.
- 77 - **Idem.** Dia 26-04-1904. pp. 03.
- 78 - **Idem.** Dia 16-07-1904. pp. 03.
- 79 - Revista Renascença, de dezembro de 1904.
- 80 - Revista O_Malho, de 04-02-1905.
- 81 - Revista O_Malho, dias 04-04 e 07-07-1906.

Jornal do Commercio, de 15-03 e 04-04-1904.

Jornal A Cidade do Rio, de 11-11-1902.

82 - Jornal do Commercio, de 01-04-1904.

83 - Revista A Avenida, de 23-01-1904. pp. 04.

84 - Revista O Malho, de 28-01-1905. pp. 21.

85 - Idem. Dias 18-07-1903 e 16-06-1906.

86 - Revista Renascença, de maio de 1904.

87 - Revista O Malho, dias 14-03-1903, 12-03-1904 e 23-09-1905.

88 - Idem. Dia 01-12-1906. pp. 03.

ANEXO I

AVENIDA CENTRAL

1.2.2/22

9-10-1904

pp. 06 - 3ª col.

INAUGURAÇÃO E CONDIÇÕES
DE TRABALHO

P 10.0

- A percepção das condições dos trabalhadores nas obras de melhoramentos da cidade.

A abertura da Avenida Centra é bem recebida, levando-se em conta que mais adiante há denúncias das condições de trabalho. Isso mostra que mesmo um jornal operário não consegue livrar-se do progressismo, "melhoramento material de incontestável valor".

Após o discurso elogioso, as condições de trabalho do operário, visto que, o jornal é de vertente anarquista. A denúncia da exploração é dirigida a um operário consciente, colocando os trabalhadores como inconscientes e passivos. A perda da vida de operários durante as obras.

O operário apesar de todas condições adversas "festejaram o diretor com várias manifestações de apreço". Mostrando que o nível de consciência de classe não mostrava-se desenvolvida entre aqueles trabalhadores.

IMPrensa OPERARIA

(ficha de conteúdo)

REFORMA URBANA

1.2.3/1
maio/1904
pp. 83-86

"MODERNIZAÇÃO" DA CIDADE

C
1.0

Desassombrados e triunfantes continuam os trabalhos de transformação da cidade. As obras do porto e da Avenida prosseguem numa animada toada. Por todos os lados sente-se a energia do Prefeito. Procurar tornar o Rio numa cidade moderna, é necessidade indeclinável do nosso problema econômico. É preciso que os casarões antigos desapareçam e os cantos das ruas Chile, Canto de Santo Antônio, Ourives e canto da 7/9 modernizem-se!

Obs: Crônica - João de Barro
contém iconografia

REVISTA

(ficha de conteúdo)

REFORMA URBANA

1.2./20
22-03-1903
pp. 01

TEATRO MUNICIPAL
Construção

C
1.0

Num edital, o jornal condena a construção do Teatro Municipal, afirmando que a verba poderia ser gasta em escolas e em higiene.

Obs: Várias notícias - 1º artigo
última coluna

JORNAL DIARIO

(ficha de conteúdo)

REFORMA URBANA

maio/1904
3

IGREJA DE SÃO JOAQUIM

C
10
Renascença
11/2

A história da igreja de São Joaquim está associada ao antigo colégio D. Pedro II, hoje Ginásio Nacional. A construção da igreja foi em 1758. Porém a necessidade do tráfego e o desenvolvimento da cidade determinaram a demolição da igreja.

Obs: Igreja de S. Joaquim 104/106
contém iconografia

REFORMA URBANA

21-03-1904

2 pg

OBRAS

C

1.0

30/12

J. do Commercio

A diretoria do Lyceu de Artes e Ofícios entrou em acordo com a prefeitura, relativo a modificações da planta do futuro edifício dessa associação. A área ocupada pelo edifício será 24 metros de frente para a Avenida, a partir da rua Barão de São Gonçalo, de modo que a área ocupada será apenas a rua 13/5 e a Avenida.

Obs: Várias notícias - 6ª coluna - centro

INDICE

I - INTRODUÇÃO

1.1 - Apresentação do tema	01
1.2 - Análise da bibliografia existente	04
1.3 - As fontes e a metodologia	09
1.4 - Hipóteses de trabalho	13

II - AS REALIDADES SOCIAIS DA REFORMA

2.1 - O Rio de Janeiro em fins do século XIX e nos primeiros anos do século XX	15
2.2 - Estruturas e conflitos sociais e o movimento operário	21
2.3 - A reforma urbana	29
2.4 - Conclusão	38

III - A IMPRENSA E A REFORMA URBANA

3.1 - A imprensa carioca do início da República	39
3.2 - As reações à Reforma de Pereira Passos na imprensa operá- ria	47
3.3 - As reações à Reforma de Pereira Passos na grande imprensa	54